

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP**

**L8TE3 – Prática Pedagógica: Leitura e Produção Textual III**

Nome: Melissa Sampaio Borges

Nome: Thomaz Machado Silva

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA: ABAIXO-ASSINADO**

**TEMPO DE APLICAÇÃO E PÚBLICO-ALVO**

Esta é uma sequência didática planejada para um período de 12 aulas de 45 minutos, ministradas para o 3º ano do Ensino Médio.

**1ª ETAPA**

<b>1ª etapa: Sondagem, produção inicial e introdução ao gênero abaixo-assinado</b>			
<b>Aulas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Texto</b>	<b>Atividades</b>
2	(a) Apresentação ao aluno da estrutura e objetivos desta sequência didática;  (b) Apresentação ao aluno da estrutura de um abaixo-assinado;  (c) Promover a compreensão dos aspectos sociodiscursivos, pragmáticos e ideológicos do gênero;	Abaixo-assinado a favor da revogação do Novo Ensino Médio (disponível em: <a href="https://www.change.org/p/revogar-o-novo-ensino-m%C3%A9dio">https://www.change.org/p/revogar-o-novo-ensino-m%C3%A9dio</a> )	Leitura coletiva, conversa dirigida e produção inicial;

Como já exposto, a primeira etapa possui caráter introdutório. Dessarte, o conteúdo programático deverá ser apresentado aos alunos, de forma a deixar claro o foco no gênero abaixo-assinado, bem como a expectativa de que, ao fim da sequência didática, produzam um texto autoral de ampla circulação no ambiente escolar.

Para tanto, iniciar-se-ão os debates por meio de perguntas pré-elaboradas. Sugere-se:

- Considerando-se que vivemos em um modelo político democrática, em que, teoricamente, vozes dissonantes reivindicam opiniões distintas, e portanto ações conflitantes, quais são os canais de comunicação utilizados? (Espera-se que os alunos privilegiem, em um primeiro momento, gêneros textuais predominantemente digitais, como vídeos e posts em redes sociais, os quais ganham cada vez mais projeção em textos de reivindicação social. Caso necessário, o professor deve direcionar o aluno para gêneros mais “tradicionais” como petições, pleitos e o próprio abaixo-assinado)
- Entre os gêneros elencados na última questão, quais gozam de maior credibilidade? Para quem? (Espera-se que os alunos reconheçam que gêneros ligados à esfera jurídica, ou que buscam aproximar-se por meio de expedientes estilísticos, são reconhecidos como mais adequados quando o público-alvo trata-se de autoridades ou representantes políticos)
- Os gêneros elencados utilizam a norma padrão da língua portuguesa ou há espaço para variantes informais? Por quê? (Espera-se que os alunos reconheçam que os gêneros de prestígio privilegiam a norma padrão, refletindo relações de poder entre estratos sociais)
- Quais recursos argumentativos tais gêneros utilizam para facilitar a aderência do público-leitor ao seu ponto de vista? (Espera-se que os alunos citem recursos como argumento de autoridade, estilo impessoal em textos mais tradicionais, ou a utilização da 1ª pessoa do plural em textos de teor mais popular)

Após o debate coletivo, será possível compreender os conhecimentos-prévios dos estudantes acerca da tipologia textual argumentativa e do próprio abaixo-assinado. Em seguida, o professor deverá solicitar aos alunos a produção de um mapa mental que sintetize os pontos elencados anteriormente, que deverá ser guardado como documentação de seus conhecimentos pré-SD, e será comparado com outro mapa mental, produzido após o término das três etapas. Desta forma, pode-se contemplar de forma autocrítica o que foi desenvolvido durante o trabalho com o gênero.

Faz-se necessário, em seguida, o trabalho a partir de textos modelares. Sugere-se:

A lei nº 13.415/2017, aprovada pelo Governo Federal, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para o ensino médio, diminuindo progressivamente as disciplinas tradicionais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prejudicando assim, professores e alunos.

Nesse sentido, alunos do terceiro ano do ensino médio em São Paulo tiveram extintas da grade curricular várias disciplinas de suma importância, a fim de abrigar os chamados itinerários formativos, cujas unidades curriculares substituíram as aulas de: biologia, física, química, história, geografia, filosofia e sociologia, além de diminuir drasticamente as aulas de língua portuguesa e matemática, que são essenciais para a formação de cidadãos reflexivos.

Essa lei foi implementada sem ao menos levar em consideração as defasagens dos alunos nessas disciplinas, intensificadas devido ao contexto pandêmico no qual nem todos os estudantes tiveram a oportunidade de acompanhar as aulas on-line, aumentando assim, a desigualdade.

Tal medida, coloca em grave risco o desenvolvimento de habilidades fundamentais a serem aprendidas pelos estudantes, visto que as unidades curriculares contemplam os conteúdos de forma muito superficial.

Ademais, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) informou que mudará o formato das questões do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para que se aproxime do Novo Ensino Médio, apenas em 2024.

Tal medida justifica a insatisfação dos milhares de estudantes do Ensino Médio da Rede Pública com o Governo do Estado de São Paulo, que antecipou tais mudanças na grade curricular de forma excludente.

Face a isso, criou-se uma grande barreira para os vestibulandos paulistas no tocante a sua preparação, bem como aos demais estudantes no que tange a aprendizagem de conteúdos realmente

relevantes, com uma grade curricular coerente e capaz de fomentar o desenvolvimento de seres questionadores.

Vale ressaltar, que uma grande parcela de estudantes está cursando itinerários que não escolheram, devido ao fato das escolas não estarem preparadas para contemplar todos os itinerários escolhidos.

Tais mudanças revelam-se como prejudiciais para todos os envolvidos, de modo a representar um grave retrocesso para a educação com grandes prejuízos à sociedade.

Em virtude desses fatos, tornou-se urgente derrubar o Novo Ensino Médio, com o objetivo de garantir um currículo pedagógico bem estruturado, coeso e não-excludente para que o processo de ensino-aprendizagem seja de real qualidade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, no inciso 7º do artigo 206.

Assim sendo, em virtude dos fatos apresentados e com a missão de derrubar o Novo Ensino Médio, solicitam-se assinaturas a este abaixo-assinado a fim de gerar engajamento da sociedade civil pela dignidade à educação brasileira e por condições justas aos vestibulandos de São Paulo em 2023.

Deverão ser identificados os seguintes pontos: quais reivindicações existem no texto? Como o autor as defende? Quais argumentos utiliza? Tais colocações sobre o novo ensino médio se refletem no seu cotidiano?

O aluno deve compreender o caráter contextual do abaixo-assinado, uma vez que dialoga explicitamente com situações contemporâneas a sua redação, além de impescindir da relação com a experiência social do leitor para a efetividade do processo de convencimento.

A primeira etapa será finalizada com uma produção inicial individual: o aluno deve-se imaginar como representante de determinado grupo sociocultural e deverá, por meio de um abaixo-assinado endereçado à câmara dos vereadores de seu município, defender uma pauta urgente. Deverão ser abstraídas, mesmo que de forma rudimentar, características estruturais e estilísticas do texto modelar.

## 2ª ETAPA

2ª etapa: módulos de aprofundamento			
Aulas	Objetivos	Textos	Atividades
2	(a) Compreender a construção discursiva do <i>ethos</i> coletivo (sujeito de direito) e <i>pathos</i> (sujeito de dever) (b) Reconhecer a utilização estilística da primeira pessoa do plural em textos argumentativos, enfatizando seus efeitos de sentido	Abaixo-assinado em favor dos povos indígenas do vale do Javari (disponível em: <a href="https://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/abaixo_assinado_vale_dojavari.pdf">https://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/abaixo_assinado_vale_dojavari.pdf</a> )	Questões de análise e Quiz
2	(a) Aprofundar o processo de seleção e construção argumentativa (b) Utilização argumentativa de dados estatísticos	Dois abaixo-assinados contra o corte orçamentário das universidades públicas (disponíveis em: <a href="https://www.change.org/p/em-defesa-das-universidades-p%C3%BAblicas-brasileiras">https://www.change.org/p/em-defesa-das-universidades-p%C3%BAblicas-brasileiras</a> e <a href="http://aprumasecao.sindical.org/wp-content/uploads/2019/09/ABAIXO-ASSINADO-FUTURE-SE-1.pdf">http://aprumasecao.sindical.org/wp-content/uploads/2019/09/ABAIXO-ASSINADO-FUTURE-SE-1.pdf</a> )	Análise coletiva comparada de textos modelares
2	(a) Introduzir à metodologias de pesquisa e curadoria, bem como plataformas pertinentes		Minisseminário

A segunda etapa conta com três módulos, que permitirão ao estudante apreender elementos relevantes para o gênero textual estudado.

O primeiro módulo abordará a forma como o enunciador constrói na tessitura textual os posicionamentos sociais conflitantes, delegando responsabilidades e direitos,

bem como criando, por meio de recursos argumentativos, possibilidades de identificação e aderência por parte do enunciatório.

Para tanto, os estudantes serão divididos em duplas, com o intuito de analisar o texto a seguir:

NÓS, abaixo-assinados, em solidariedade aos povos indígenas do Vale do Javari (Amazonas, Brasil), que estão correndo risco de extermínio devido a endemias que a cada mês tem levado à morte várias pessoas dos povos Kanamari, Kulina, Matsés, Matis e Marubo e não tem recebido assistência de forma eficiente e eficaz por parte do estado brasileiro, EXIGIMOS do Governo Federal a adoção de medidas urgentes, priorizando as seguintes providências: Presença de equipe multidisciplinar permanente (médicos, enfermeiros, dentistas, infectologista); Construção de pólos bases e infra-estrutura básica para a conservação de vacinas; Realização de sorologia em todos os indígenas da terra indígena Vale do Javari; Barcos equipados e rápidos para atendimento e remoção de doentes; Medicamentos em quantidade suficiente para atendimento aos doentes; Saneamento básico; Construção de pistas de pouso e horas de vôo asseguradas em orçamento; Capacitação de agentes de saúde e parteiras; Prevenção e controle da malária. A médio prazo: nova estrutura para a Casa de Saúde do Índio – Casai, de Atalaia do Norte; Construção de uma casa de apoio para pacientes portadores de endemias

As duplas responderão, em um primeiro momento, ao questionário:

1) Qual grupo social é representado como solicitante pelo texto?

R: Os povos indígenas do Vale do Javari

2) Como este grupo é caracterizado? Selecione trechos do texto que corroborem sua resposta.

R: Trechos como “[...] que estão correndo risco de extermínio devido a endemias que a cada mês tem levado à morte várias pessoas dos povos [...]” e “[...] não tem recebido assistência de forma eficiente e eficaz por parte do estado brasileiro [...]” constroem uma imagem discursiva de um sujeito coletivo marginalizado e atacado de forma indireta por meio da inércia do poder público. Note-se, ainda, o uso do gerúndio, que gera um efeito de sentido prolongado deste estado, uma continuidade torturante.”

3) Quem é o público-alvo? Quem deve atender às solicitações?

R: O governo federal.

4) Como este interlocutor é caracterizado? Selecione trechos do texto que corroborem sua resposta.

R: Enquanto na dimensão do conteúdo existe uma denúncia à omissão da União em relação a direitos básicos da população indígena do Amazonas, na dimensão formal do texto isso se reflete na falta de caracterização do poder público, o que contrasta com o expediente utilizado em relação aos grupos indígenas.

5) O que as palavras em caixa alta têm em comum? Como este recurso beneficia a adesão do leitor?

R: As duas palavras, um pronome que inicia o abaixo-assinado e um verbo que inicia a enumeração das exigências dos solicitantes, dialogam com a proposta de expressividade coletiva do gênero textual por meio da primeira pessoa do plural (nós). Além disso, o destaque gráfico intencional de ambas ressalta ao leitor o engajamento deste representante em relação à coletividade, ao mesmo tempo que o convida a uma consequente adesão.

6) Quais outros recursos argumentativos são utilizados na construção do texto?

R: Enumeração organizada de reivindicações, além de sua subdivisão em termos de ordem de implementação (tópicos urgentes e “a médio prazo”).

Após os exercícios, o professor deverá promover um debate coletivo de forma a ressaltar os pontos principais da análise, como o uso de primeira pessoa do plural, a construção discursiva de um “Nós” e de um “Outro”, bem como sua caracterização via seleção lexical, e o uso expressivo do gerúndio. Por fim, o módulo deverá ser finalizado com um *quiz* elaborado pelo docente, que consistirá em demandas de certos grupos sociais, políticos e culturais brasileiros. Caberá às duplas, durante tempo determinado, analisá-las e deduzir a qual coletividade, a qual “nós”, se referem.

O segundo módulo consistirá na análise comparada de dois abaixo-assinados que versam, de forma geral, sobre as mesmas demandas: o retrocesso dos cortes orçamentários das universidades e institutos federais:

## **Em defesa das Universidades Públicas Brasileiras**

As Universidades Federais estão sob forte ataque do governo, que, nos últimos anos, vem reduzindo drasticamente o seu orçamento, prejudicando toda a sociedade brasileira e colocando em risco o funcionamento de nossas universidades.

As Universidades Públicas brasileiras são responsáveis por mais de 90% de toda a pesquisa científica que se faz no país em todas as áreas: da filosofia à medicina, das artes às engenharias. Não existindo outra instituição que tenha contribuído tanto para o progresso do país. As universidades são as grandes produtoras de conhecimento e, portanto, responsáveis por grande parte de nosso crescimento econômico ao longo de nossa história.

Mais ainda: elas estão atreladas ao processo de democratização do país. Não há país democrático e soberano sem a universalização do conhecimento. Nossas Universidades têm um compromisso inquestionável com a construção de um Brasil mais justo, mais humano, mais livre e mais igualitário. E do equilíbrio entre liberdade e igualdade depende a democracia. As universidades são ainda mais vitais em uma sociedade do conhecimento, isto é, em que o conhecimento é o grande motor da economia.

Não podemos dizer que essa atitude do governo atual, de cortes sucessivos nas Universidades, seja surpresa. Afinal, desde o início, e mesmo durante a campanha, o governo Bolsonaro tem demonstrado uma forte visão anti-intelectualista, contrária à ciência e à cultura, à democracia. Eleger a Universidade como grande inimiga não é, portanto, algo inesperado.

O governo usa dois falsos argumentos para efetuar tais cortes: primeiro, que nossas Universidades possuem um rendimento insatisfatório, o que é desmentido por vários instrumentos de avaliação de desempenho, inclusive do próprio governo. O segundo, que elas são espaço de balbúrdia, ou seja, eles querem impor o seu código moral, quando não foram eleitos para isso.

Ora, quem verdadeiramente frequenta as universidades sabe que elas são lugares de estudo, pesquisa e trabalho. Há evidentemente



espaço para a crítica social e mesmo para a irreverência, dimensões importantes da vida democrática. O maior [impacto desses cortes](#) está na vida dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Pois essa verba também era direcionada para bolsas de programas de assistência estudantil, para moradia, alimentação e transporte, por exemplo. E são esses programas que fazem com que muitos jovens possam permanecer depois de adentrar as universidades.

A partir de 2016, houve [sucessivos cortes](#) na previsão orçamentária do MEC ano a ano: R\$ 158,2 bilhões em 2016; R\$ 140,84 bilhões em 2017; R\$ 139,91 bilhões em 2018, R\$ 149,74 bilhões em 2019 – até chegar ao pior cenário em 2020: R\$ 142,11 bilhões. Em 2021, o cenário é ainda mais devastador: os R\$ 90,29 bilhões executados – de uma dotação orçamentária de R\$ 145,70 bilhões – representam apenas 2,78% dos gastos públicos federais.

E os cortes se aprofundaram neste ano. No último dia 27 de maio de 2022, o MEC anunciou um [bloqueio de 14,5% do orçamento discricionário das instituições federais de ensino superior](#), isso representa algo em torno de R\$ 3 bilhões. Esse orçamento é para pagar o custeio, que são as despesas elementares, como água, energia, serviços terceirizados de segurança, portaria, limpeza, manutenção em geral, além de bolsas de monitoria e pesquisas acadêmicas e bolsas de assistência estudantil.

Além dos ataques orçamentários, existe no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição 206 de 2019 que dá uma nova redação ao artigo 206, inciso 4, e acrescenta um parágrafo 3º ao artigo 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidades pelas universidades públicas.

O Sistema Federal de Universidades é um patrimônio da sociedade brasileira. Ele precisa ser defendido, de todas as maneiras possíveis. Assim, considere assinar e compartilhar essa petição para exigir que os candidatos às Eleições 2022 se posicionem em defesa das Universidades Públicas brasileiras.

Não podemos permitir que as nossas universidades e institutos federais continuem sendo desmantelados. Afinal, o destino de nossa democracia passa pelo destino de nossas Universidades.

Vamos lutar por elas. Vamos pressionar o Congresso Nacional para que, conosco, coloquem um fim a este ataque brutal e desmonte, que é absolutamente contrário aos interesses da sociedade brasileira.

### **ABAIXO-ASSINADO CONTRA O PROGRAMA “FUTURE-SE” E EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

A Educação Pública do país está sob fortes ataques do governo Bolsonaro. São várias investidas contra o Ensino Superior Público, medidas cuja única intenção é sucatear as Universidades e Institutos Federais de todo o país, tais como o recente corte de verbas. Além disso, o governo também lançou, através do Ministério da Educação (MEC), o Programa “Future-se”, trazendo ainda mais ataques ao ensino superior público.

Esse programa nada mais é que a mercantilização e a privatização das Universidades Públicas. O governo tem como meta atender às recomendações contrárias ao interesse público contidas no relatório do Banco Mundial e responder à Emenda Constitucional nº 95, que congelou por 20 anos os investimentos públicos em políticas sociais, inclusive na educação.

As Universidades Públicas brasileiras são grandes produtoras de conhecimento, responsáveis pela quase totalidade da pesquisa científica do país em todas as áreas e, portanto de grande parte do crescimento econômico ao longo da história. Elas têm um compromisso inquestionável com a construção de um Brasil mais justo, mais humano, mais livre e mais igualitário, sendo um patrimônio da sociedade brasileira. Por isso, elas precisam ser defendidas. Não podemos deixar que o governo acabe com as nossas universidades e institutos federais. Assinem este abaixo-assinado contra o programa “Future-se” e em defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada. Vamos lutar por elas!

Nesta etapa os alunos deverão identificar a relevância de embasamento teórico e estatístico para o processo de convencimento. Em leitura coletiva, os discentes deverão elencar dados estatísticos e intertextualidades utilizados no primeiro texto.

Como atividade sugere-se que os estudantes sejam divididos em grupos. Cada grupo elegerá uma temática que considerar adequada para um abaixo-assinado, escrevendo-a em um papel. Cada grupo trocará seu papel com outro grupo. A tarefa dos alunos será pesquisar, com o auxílio de celulares e computadores, dados, argumentos de autoridade e pesquisas que permitam a defesa bem sucedida do tema recebido. Ao fim, as produções serão lidas para a turma.

O último módulo consistirá em uma etapa em que o docente apresentará à turma plataformas de pesquisa e métodos de seleção de conteúdo, imprescindíveis para o letramento digital. Desta forma, aprofundar-se-á o movimento de curadoria iniciado no módulo anterior.

### 3ª ETAPA

3ª etapa: produção final			
Aulas	Objetivos	Texto	Atividade
4	(a) Utilizar, de forma consciente e criativa, o gênero abaixo-assinado para dialogar e modificar sua realidade		Produção textual coletiva: abaixo-assinado

Nessa última etapa os alunos se reunirão em um conselho, com o objetivo de eleger uma demanda coletiva em relação a um aspecto da unidade escolar. Em seguida, utilizarão os conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores para a construção do texto. É preferível que os próprios alunos organizem as diversas etapas de produção do texto, delegando funções e responsabilidades. No entanto, o professor deve interferir e mediar, caso necessário. O texto final deverá ser entregue à equipe gestora da escola.

Como finalização da sequência didática, desta vez individualmente, os discentes produzirão um novo mapa mental acerca do gênero textual estudado.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DOLZ, Joaquim. NOVERRAZ, Michèle. Schneuwly, Bernard. **Sequências didáticas para o oral e a escrita**: apresentação de um procedimento. ± 3ª ed. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho e Escola**: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, jun. 2017

ROJO, Roxane. **Letramento e capacidades de leitura para a cidadania**. São Paulo: SEE: CENP, 2004. Texto apresentado em Congresso realizado em maio de 2004.

ROJO. Roxane. **Entre plataformas, ODAS e protótipos**: novos multiletramentos em tempos de web21. Revista The Specialist: Descrição, Ensino e Aprendizagem. São Paulo, v. 38, nº. 1, jan-jul 2017, p. 1-27.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**. São Paulo: SEE-SP/UNDIME-SP, 2020.

VOLOCHINOV, Valentin Nikolaievich. **A construção da Enunciação e Outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.